

O Brasil não está excluído dos planos de redução, afirma Mailson

por Ailton Seligman
de São Paulo

Até o final do governo Sarney o Brasil poderá reunir as condições necessárias para fechar um acordo de redução da dívida, semelhante ao conseguido pelo México neste final de semana. "Esta hipótese não está afastada", garantiu ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que se reuniu com empresários, economistas e secretários de Estado em São Paulo. "A conclusão de que o Brasil está excluído desse programa de redução previsto no Plano Brady é uma conclusão prematura a que se chegou a partir das últimas negociações", afirmou o ministro.

Por enquanto, disse Mailson, o Brasil não está adequado às "regras" estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BIRD) — que participam do programa de redução de dívida do Plano Brady fornecendo recursos aos países endividados para que estes possam assegurar o pagamento dos juros e a compra de títulos do Tesouro Americano, acertados no acordo. Os países que pleiteiam reduzir suas dívidas devem desenvolver, segundo estas regras, programas de ajuste estrutural e econômico, disse o ministro.

Mailson, no entanto, considera "muito difícil" que o programa de ajuste da economia possa ser aplicado até o final do ano. Mas, destacou, "estamos amadurecendo rapidamente para a idéia de que o déficit público é importante, ao contrário do que se tentou dizer". O importante no déficit, salientou, é que ele possa ser financiado adequadamente, "o que não é o caso atual do Brasil".

Embora acredite que o País nestes últimos anos tenha criado condições para desenvolver um programa de ajustamento "como deve ser feito", o ministro da Fazenda salientou que "seria ingênuo admitir que num processo de transição política, num final de governo, em plena campanha presidencial, nós fôssemos capazes — nós todos: o Congresso, o governo, a sociedade como um todo — de formular e implementar um programa de ajustamento, que geralmente são programas de prazo médio". Segundo ele, estes programas requerem médio e longo prazos para sua execução pois abrangem medidas de liberalização compatíveis com o estágio de desenvolvimento da cada país, nas áreas de privatização, desregulamentação, abertura para o exterior, integração com a comunidade internacional no campo do comércio e liberação de controles.

REFERÊNCIA IMPORTANTE

Mesmo aguardando maiores detalhes sobre o acordo negociado pelo México com seus cerca de 500 credores — do qual diz não conhecer o desconto médio que aquele país vai receber sobre toda a dívida —, o ministro Mailson da Nóbrega acredita que o passo dado pelo México "é uma referência importante" para os próximos acordos entre os países devedores e os bancos.

"É o primeiro acordo realizado depois do anúncio do Plano Brady e das decisões adotadas pelo Comitê Interino do FMI em abril deste ano; por consequência é o primeiro que tem como princípio básico a redução da dívida ou do serviço da dívida."

Na sua opinião, o Brasil tem amplas condições de percorrer o mesmo caminho trilhado pelo México:

um acordo multi-anual (assinado pelos mexicanos entre 1985 e 1986) e um forte programa de ajustes (conduzido no México ao longo do governo de Miguel de la Madrid e intensificado no atual).

O Brasil também fez um acordo multi-anual no ano passado, "em moldes semelhantes aos do México e com alguns avanços", assegura Mailson.

O acordo mexicano, explicou, preparou caminho através de uma negociação global de sua dívida externa para o passo seguinte da redução. "O México provou que o elemento de barganha para uma boa negociação não é a moratória. Cai por terra a tese simplista de que ganha quem confronta", disse o ministro. Assinalou que o acordo mexicano provou que "uma boa negociação é fruto da seriedade de um programa incrível e de um esforço da sociedade daquele país para se ajustar a uma nova realidade". Disse ainda que a conquista mexicana na redução de sua dívida é fruto de uma negociação civilizada em que aquele país pode fazer valer seus objetivos, seus pontos de vista a partir de um pro-

grama coerente destinado a restabelecer o crescimento econômico do país e a própria viabilidade de sua economia".

Com relação ao forte programa de ajustes, a segunda parte do esforço mexicano para chegar ao histórico acordo, o ministro assegurou que há hoje, no Brasil, "uma consolidação da idéia de que não haverá estabilidade econômica sem a redução substancial do déficit público, redução da intervenção do Estado na economia a dimensões compatíveis com economia livre, próspera num estado democrático". "É uma questão de amadurecimento", concluiu.

Este programa de ajustes, segundo o ministro, não é necessariamente recessivo.

Isto "vai depender da dimensão do programa, da intensidade de seus instrumentos, do grau de consenso que os diversos segmentos da sociedade brasileira têm em relação a ele e do grau de acordo".